

Título: Síntese dos relatórios das reuniões da comissão do programa nacional de alfabetização e ciclotecnia (CPNAC)

Data: 06/03/1991

Geta

Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização

Plenária do GETA, 6 de março de 1991.

SÍNTESE DOS RELATÓRIOS DAS REUNIÕES DA COMISSÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CIDADANIA (CPNAC)

A CPNAC instituída em 11 de setembro de 1990 com a finalidade de:

- I - Oferecer sugestões com vistas à formulação de diretrizes para a concepção da Política e do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania.
- II - Identificar iniciativas e projetos de alfabetização, em cursos, visando a articulação das ações neles contidas;
- III - Propor critérios para alocação de recursos públicos para os planos e projetos de alfabetização, de entidades públicas e privadas integradas ao PNAC;
- IV - Aprovar o regulamento de concessão do Diploma do Mérito Nacional de Alfabetização,

se reuniu até o presente momento por três vezes: dias 27 de novembro, 29 e 30 de janeiro e 21 de fevereiro.

1ª REUNIÃO - 27 DE NOVEMBRO

- Foi questionada a composição da executiva da CPNAC formada por três representantes da SENEb, três da UNDIME e três do CONSED, antes mesmo da própria instalação da Comissão. No entanto, não houve qualquer alteração (voto de confiança?).

- Foi levantada uma proposta de inclusão da CUT na CPNAC. Sob a alegação de que essa Comissão está formada somente por educadores e em função da previsão de existência de um Conselho Consultivo, no qual a CUT e outras entidades poderiam fazer parte, a proposta sequer foi discutida pelo coletivo.

- Através de um boletim do MEC (27/11) foi informado que existia a intenção do Governo Federal de não mais recolher o salário-educação das empresas. Esses recursos seriam utilizados pelas empresas da maneira como melhor lhes conviesse.

- Essa proposta foi considerada absurda e os participantes entenderam que não tinha sentido a existência dessa Comissão Nacional de Alfabetização, se paralelamente a ela estivesse sendo tomadas decisões contraditórias aos seus objetivos.

- Além do salário-educação, foi levantado que o Governo Federal não estava respeitando o Artigo 60 das Disposições

Geta

Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização

Transitórias, da Constituição Federal.

- Os membros da Comissão redigiram uma carta ao Ministro Chiarelli para que adotasse medidas visando a corrigir tais aberrações. Alguns integrantes, inclusive, condicionaram a continuidade de participação na CPNAC às medidas decorrentes dessa ação.

- São levantados alguns pontos sobre a Conferência Nacional de Alfabetização.

2ª REUNIÃO - 29 e 30 DE JANEIRO

Foi dado informes sobre a Conferência Internacional de Alfabetização a ser realizado em Brasília nos dias 5, 6 e 7 de maio.

Essa conferência será dividida em duas partes:

1ª parte - Apresentação dos Organismos Internacionais e propostas de financiamento.

2ª parte - Exposição das experiências dos países (15)

- O parecer da CPNAC foi no sentido de demonstrar ser desnecessário e equivocada a realização de uma Conferência Internacional de Alfabetização, nesse momento, pois, recentemente foi realizado um encontro nestes mesmos moldes. Um outro motivo é que o Brasil ainda não realizou a sua Conferência Nacional de Alfabetização.

- Foi aprovado o regulamento da Conferência Nacional de Alfabetização e Cidadania.

- Em relação ao salário-educação, no dia 28 de dezembro o Presidente da República sanciona a Lei nº 8.150 que determina:

Artigo 1º - Os recursos recolhidos pelas empresas ao FNDE, à conta do salário-educação, destinados ao programa de concessão de bolsas de estudo, poderão ser aplicados em títulos do Tesouro Nacional, por intermédio do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil.

Artigo 2º - O produto das aplicações de que trata o artigo anterior será destinado ao ensino fundamental regular e especial, à educação pré-escolar e ao pagamento de encargos administrativos e PASEP atinentes a estes níveis de ensino.

Artigo 3º - As transferências dos recursos constantes desta Lei, destinados a entidades federais, estaduais e municipais, inclusive aos Estados e Municípios, podendo ser repassados mediante a aprovação do plano de aplicações, dispensando-se a assinatura de convênio.

- Em relação ao desrespeito por parte do Governo Federal ao Artigo 60 das Disposições Transitórias, o Ministro

Geta

Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização

alegou dificuldade de cumprir com esse dispositivo. Atualmente, cerca de 80% dos recursos destinados a educação na instância federal estão sendo destinados a universidades.

- Conforme o Decreto que instituiu a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, uma de suas atribuições é propor critérios para alocação de recursos públicos para os planos e projetos de alfabetização, de entidades públicas e privadas integradas ao PNAC. A CPNAC para desenvolver essa tarefa resolveu formar uma equipe de assessoria com especialistas na área para fazer levantamentos pertinentes a questão. Estudos sobre o processo histórico de alocação de recursos, situação atual e os problemas existentes são de fundamental importância para o levantamento dos critérios.

PONTOS PARA REFLEXÃO

- Posição do GETA em relação aos critérios para distribuição dos recursos do MEC aos estados e municípios.
- O significado e dimensão da escola pública.

3ª REUNIÃO - DIA 21/02/91

- A Assembléia Brasileira de Alfabetização será desdobrada em duas etapas:

- a primeira etapa, em abril, nos dias 18, 19 e 20, em Brasília, com a realização da Conferência Brasileira de Alfabetização, com o objetivo de discutir as propostas elaboradas pelas Assembléias Estaduais e definir diretrizes e princípios para um plano de ação, terá também com atribuição a preparação da Assembléia Brasileira.

- A segunda etapa, no começo do 2º semestre (agosto) com a realização da Assembléia Brasileira de Alfabetização com o objetivo de promulgar a Declaração Nacional sobre Educação Básica para todos os Brasileiros e estabelecer um Plano de Ação para a Década de 1990.

- O critério para participação na Conferência é:
 - . até 10 (dez) representantes de cada U.F. indicados pela respectiva Comissão Estadual, totalizando aproximadamente 270 pessoas;
 - . até 30 (trinta) representantes de movimentos populares não governamentais, envolvidos com alfabetização, indicados pela Pró-Central de Movimentos Populares. Os nomes dos representantes serão trazidos na próxima reunião da Comissão Nacional.
- . Comissão Nacional do PNAC;
- . representantes dos organismos internacionais;

Geta

Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização

- . representantes da CNBB, CUT, CGT, ABI, OAB, ANDES, USI, CNTE, UNE, Comissão de Educação do Senado e da Câmara.
- . representantes do corpo técnico do MEC.
- total: 400 participantes.

TEMAS DA CONFERÊNCIA:

- 1º) Tribunal de contas e o uso das verbas públicas em Educação.
- 2º) Financiamento da Educação Básica.
- 3º) Prioridades e abrangência nos programas de Alfabetização.
- 4º) Alfabetização de Jovens e Adultos.
- 5º) Alfabetização e o ensino regular.
- 6º) Formação dos profissionais alfabetizadores.
- 7º) Relação entre união, estados e municípios.
- 8º) Estrutura e financiamento do PNAC.